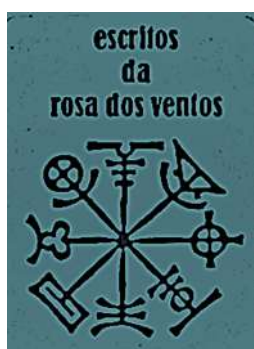


*Pesquisar, partilhar, aprender a transformar
algumas ideias sobre o exercício da pesquisa
como participação¹*

Carlos Rodrigues Brandão



***Este escrito foi originalmente
um capítulo de livro
ou um artigo publicado ou utilizado
para aulas e palestras.
Nesta versão “nas nuvens”
ele pode ser livre
e gratuitamente acessado
para ser lido ou utilizado
de alguma outra maneira.
Livros e outros escritos meus
podem de igual maneira
ser acessados livremente em
www.apartilhadavida.com.br
ou em
www.sitiodarosadosventos.com.br
LIVRO LIVRE***

¹ Escrito tomado de folhas de papel anotadas a mão em Lujan, na Argentina, para um breve curso sobre pesquisa participante, e reescritas em computador em Bogotá, dias antes do início da Conferência ARNA, entre 12 e 17 de junho de 2017, em Cartagena de Índias.

Em suas diferentes versões a pesquisa ocidental científica e acadêmica buscar tornar um outro – sua pessoa, sua vida, sem contexto de vida, suas palavras, suas ideias, sua ação, sua cultura, sua história – algo investigado, ordenado, conhecido, descrito, analisado, teorizado – por mim, para mim e para os meus.

Em sua vertente “neo-positivista”, “cientificista”, “quantitativa”, etc. cujo modelo são as ciências físicas e biológicas, eu e o outro somos desconfiáveis. Assim, tanto eu, como investigador quanto ele, como investigado, e também o contexto de nossas interações precisamos ser neutralizados, testados, regularizados, e cercados de instrumentos e recursos de objetivação. Nas vertentes mais “interpretativas”, “qualitativas”, “interativas”, correspondentes às “ciências do espírito”, eu sou confiável, mas o outro que investigo não. Assim, posso dispensar boa parte dos recursos teórico-metodológicos da pesquisa científica tradicional e posso me relacionar com o outro em termos subjetivamente interpessoais e pessoalizados. Minha própria pessoa é o principal instrumento da investigação, e a “observação participante” torna-se uma das alternativas-padrão da pesquisa. Este é o momento em que “objetos de pesquisa” (uma planta, um macaco, uma pessoa) podem tornar-se “sujeitos da pesquisa”.

Em uma outra direção, o que chamarei aqui de pesquisa participante (autodiagnóstico, pesquisa-ação-participativa, etc.) buscar tornar-me e também o outro que investigo e com quem investigo alguém descrito, conhecido, interpretado e compreendido por ele, para ele e, em termos dialógicos, por mim, para mim também. Para mim não como um investigador neutro e ausente de seu mundo de vida, mas como uma pessoa participante do mundo social que investigo, porque em uma vocação de presença e partilha, eu também dele participo.

Na investigação acadêmica padrão o diálogo é um instrumento, uma estratégia, uma atitude formal de interação que em suas modalidades mais livres e abertas pode realizar-se através de entrevistas, de narrativas espontâneas, de histórias de vida, de observação direta de momentos expressivos. Seu propósito é criar relações face a face através das quais eu logre obter dados, fatos, feitos, relatos, narrativas biográficas, familiares, comunitárias, performances, de um confidente-de-si-mesmo para mim, e não para ele-mesmo.

Ele atua e eu registro. Ele fala e eu escuto e eu gravo ou anoto. Ele “se abre” e eu me aproprio de seus “discursos e dados” para meu uso pessoal, revestido de “material objetivo de pesquisa”, através da dádiva de uma subjetivação do outro-para-mim.

Na pesquisa participante almeja-se – mas no entanto nem sempre se logra – que o diálogo seja fundador da relação. Não se pretende utilizar o diálogo como um instrumento de investigação entre pessoas que se encontram em uma situação de pesquisa porque antes de algum modo convergiram em se encontrar em situação de partilha da vida. Não se utiliza o diálogo como um método de objetivação-pessoalizante de uma investigação, senão que se vive o diálogo como um princípio de relações intersubjetivas na investigação e fora dela.

À diferença da pesquisa acadêmica, em que todo o conhecimento do “outro” é transformado em “meu saber” e em um saber-para-mim-e-os-meus, a pesquisa participante almeja ser francamente pedagógica. De um lado e do outro aprende-se e se ensina enquanto se vive cada momento do acontecer da investigação. Neste sentido a pesquisa participante pretende ser pedagogicamente dialógica e dialogicamente pedagógica.

Em situações desejavelmente limite, tanto o acontecer da investigação quando em seu processo, quanto os seus resultados como um produto são considerados como algo também pedagógico. E pedagógico nem sempre no sentido de que um dos polos ensina o que sabe ao outro - entre informações, conhecimentos, saberes, sentidos de vida, significados de mundo, sensibilidades e sociabilidades – mas no sentido de que o diálogo é em si mesmo criador do novo. Diálogo não quando diante de um outro entro-e-saio com as minhas próprias palavras e ideias, estendendo ao outro que dialoga comigo o direito de entrar-e-sair com suas palavras e ideias, mas quando entre ele-e-eu o diálogo provoca saímos com novas ideias e fundamentos de ações que juntos recriamos. Em sua dimensão mais plena, uma tal *investigação dialógica* gera socialmente um *entre-nós* fundado na partilha entre sujeitos de um *encontro* entre pessoas, que se realiza também como um *trabalho cultural* entre atores-autores de uma pesquisa.

O propósito de uma investigação objetivo-científica é transformar a polissemia de diferentes narrativas em um discurso único: minha interpretação, minha escrita, meu relatório, minha tese, meu artigo, meu livro, etc. Um discurso estendido aos meus pares e, no limite, a outros mais distantes, mas participantes como eu de um mesmo círculo convergentes de sujeitos culturais. Um discurso no mais das vezes não estendido aos objetos-sujeitos originais da investigação. Uma narrativa científica que se estendida a eles, foi elaborada para não ser compreendida e, menos ainda, crítica e criativamente interpretada por eles.

Assim, um momento de uma cultura original torna-se um relato restrito cujo valor “entre-os-meus” é tanto maior quando mais restrita a quantidade e qualidade de pessoas capazes de lerem o que escrevi, compreenderem o que pensei e interpretarem o que eu “descobri”. Quanto mais distante de domínios de compreensão daqueles que eu investiguei – como os “outros” típicos de pesquisa com indígenas, camponeses, e outras pessoas pertencentes ao que chamamos de classes, estratos, culturas, comunidades patrimoniais ou populares – tanto mais cientificamente competente será a minha narrativa derivada da pluralidade das narrativas deles.

Supõe-se que em sua relação direta de proveitos, a pesquisa acadêmica deverá em primeiro lugar produzir modificações positivas e desejadas para-mim (meus saberes, minha posição sociocultural, minha “produção acadêmica”, meu currículo, etc.) e, por extensão, para-os-meus (minha equipe de pesquisa, meus próximos na academia, meus pares vizinhos, distantes ou remotos, meus eventuais alunos, ouvintes leitores, etc.).

Em uma dimensão estendida, supõe-se que uma investigação acadêmica, quando seja também “aplicada”, realize melhores sociais e/ou culturais estendidas, como métodos de trabalho no campo do conhecimento, da educação, da comunicação entre pessoas e categorias de pessoas, da arte, do meio ambiente, etc.

Desde uma perspectiva mais “pura”, espera-se que uma investigação científica redunde em um crescendo de qualidade de uma teoria, uma tendência teórica, uma ciência, uma compreensão de uma dimensão do conhecimento, em suas diferentes – e, não raro, divergentes – áreas e esferas do conhecido-e-compreendido.

Mesmo quando imperfeitamente realizada – e isso acontece com frequência – acredita-se que a razão de ser da pesquisa participante é realizar transformações em *territórios culturais de fronteira*. Isto é, provocar transformações pessoais, grupais, comunitárias, sociais de vocação humanizadora tanto em mim e em “meu mundo”, quando neles, entre eles e em seus mundos de vida e de destino.

Sujeitos individuais e coletivos participantes como co-autores populares de pesquisas participantes não são informantes (como em uma “pesquisa pura”), não são beneficiários (como em uma “pesquisa aplicada”); são co-agentes do processo e são destinatários prioritários do produto. Isto é, dos saberes provenientes da investigação. É em nome e a favor de suas mentes, de suas sensibilidades, de seus projetos de vida e de insurgência em situações de colonização hegemônica, enfim, de suas práticas culturais e ações sociais de vocação político-emancipadora que se destina uma pesquisa participante. Isto mesmo quando uma investigação com tal propósito seja até mesmo bastante restrita limitada em seu domínio de conhecimento e em seu campo de aplicação.

Fora a escolha de algumas pessoas individualmente ou de alguns grupos de investigadores acadêmicos, coletivamente, e fora ainda ativistas sociais e investigadores críticos e inconformados, no campo “normal e oficial” em que se realizam trabalhos científicos juntos a outros-que-não-nós, o que vale e o que se espera é a “minha” capacidade individual de pesquisar-e-interpretar algo “deles para mim e os meus”.

Concluída a investigação – que cada vez mais deve ser pensada, realizada e terminada dentro de prazos oficiais e impositivos – cessa a minha relação com “eles”, para que, inclusive, eu possa retornar a uma regularidade de relacionamentos com “os meus”.

A pesquisa participante pretende ser uma experiência de inconformidade. Em sua origem e destino ela parte da evidência do absurdo com que o universo científico-acadêmico recicla e reinventa a seu favor tudo o que em teoria, desde o interior de seus territórios de legitimidade, ela denuncia e condena como colonização hegemônica de poderes associados entre estado e mercado. Ela parte do reconhecimento de habitar-mos não apenas uma falta superável no próprio

correr dos acontecimentos, uma limitação ou um problema simples e resolvível academicamente, uma situação não-ideal, mas realisticamente inevitável no encontro entre eles-e-nós. Ao contrário, partilhamos uma contradição insuportável e injustificável. Algo que não se corrige com “soluções” teórico-metodológicas emanadas desde a própria fonte de criação e recriação do “estado de artes” – em que a palavra arte é então inadequada – do que vivemos como pesquisadores do campo das ciências humanas e sociais.

De outra parte, uma provável superação deste absurdo “estado de coisas” não está em conclamar “o povo” a adjetiva e complementarmente “participar” de nossas atividades científicas de investigação do “mundo dele”. Está provavelmente na criação de fronteiras-de-diálogos em que, como um passo inicial, nós venhamos a aprender dia a dia a compartilhar seus mundos de vida, a conhecer e compreender seus imaginários, seus saberes, suas filosofias de vida, suas práticas de resistência-insurgência, seus sistemas de sentido (Paulo Freire), seus sentidos comuns (Boaventura de Souza Santos), suas ciências populares (Orlando Fals-borda). Está substantivamente em aprendermos a nos inserir, segundo nossas vocações insurgentes e a adequação entre elas e os campos de inserção a nós abertos por “eles”, como coparticipantes do que é propriamente “deles” e, não, “nosso-para-eles”.

Assim, como uma prática emancipadora entre outras, a pesquisa participante não é “participante” porque o povo participa adjetivamente dela. Ela é participante porque substantivamente participa de momentos de vida e ação emancipadora popular.

A relação entre a pesquisa acadêmica padrão e a pesquisa participante é também duplamente oposta em duas direções: a da continuidade e a da previsibilidade. Uma das características de uma pesquisa padrão é que mesmo quando ela se instale em um processo coletivo e contínuo de investigações, em cada um de seus momentos ela é única. É a “pesquisa de minha tese”. É a “pesquisa de um futuro artigo”. É “a pesquisa dependente de um financiamento próprio”. Por outro lado, a não ser em situações raras e exemplares, ela não se vincula a alguma modalidade de ação social. Ao contrário. Sobretudo no campo das ciências sociais a excelência de uma investigação está em sua separação com a vida – inclusive a dos investigados e com um compromisso de partilha de seus “achados”. Uma evidência disto é o cuidado que “pesquisadores de ponta” possuem (e alardeiam) em publicar os seus relatórios de pesquisa em revistas altamente indexadas, destinadas a um círculo restrito de leitores e, se possível, em língua inglesa, francesa ou alemã. Outra lastimável evidência é mínima preocupação que investigadores de áreas como a educação, a saúde e outros campos de ação social tem em dar a ver os seus resultados de pesquisa através, por exemplo, de revistas sobre a educação dirigidas a professoras do “chão da escola” e não leitoras costumeiras das revistas acadêmicas.

Um dos fundamentos da pesquisa participante é – ou deveria ser – uma dupla continuidade. A continuidade de interações entre agir-pesquisar-avaliar-agir-

pesquisar-etc. De tal sorte que em sua realização mais plena e completa, a pesquisa participante não é um “acontecimento”. Ela é um “acontecer”. Melhor ainda, ela é um “acontecendo”.

Ela se insere dinamicamente – dialeticamente, dirão alguns – em um processo de interativas ações emancipadoras, insurgentes e ante-colonizadoras. Pesquisas participantes não são práticas-em-si-mesmas. São modalidades de ação de construção partilhada do conhecimento crítico inseridas em e interativas com outras ações sociais de vocação emancipadora. Em termos caros a Boaventura de Souza Santos, elas serão momentos de ações e entre-ações emancipadoras frente ao sistema. E, portanto, alheias ou opostas a ações de regulação do sistema².

E ademais de se inserir na continuidade – imprevisível, muitas vezes – da vida cotidiana e de práticas sociais emancipadoras, a pesquisa participante se propõe não como um “corte” para a produção fixa de conhecimentos, mas como um fluxo de momentos de agir-através-do-pesquisar, para responder com a criação de saberes, a um momento de uma continuidade de ações sociais. Ao contrário do que acontece com a pesquisa acadêmica, a pesquisa participante via de regra encontra em “cartilhas”, “libretos”, “manuais de ação”, “livros de edição popular”, “revistas de movimentos sociais”, os lugares preferenciais de sua escrita.

Entre a fixação de objetivos, a regulamentação estreita de objetivos e justificativas, a rigidez dos orçamentos e, mais ainda, de cronogramas (raramente cumpridos) em boa medida a pesquisa acadêmica é regida pela regularidade e a previsibilidade. Dificilmente poderia ser diferente, e a cada ano assistimos a exigência de regras rígidas, entre as das agências de financiamento, os calendários universitários, as normas de ABNT e as (ilusórias e iludidas) normas dos nossos conselhos de ética. A mesma que obriga um índio a assinar (ou colocar o dedo com tinta) em uma folha de papel (que ele não lê) autorizando o uso de sua entrevista. A mesma que não se preocupa com uma “ética devolutiva” dos resultados de uma investigação.

Em outra direção, a pesquisa participante é regida pela possibilidade assumida de sua imprevisibilidade. Isto porque o seu tempo é devido às pessoas, grupos e comunidades em nome de quem se realiza: aos seus tempos e ritmos e, não a algo ou alguém situado fora – e acima, não raro – delas e deles. De igual maneira, ao fazer interagirem processos, ações e sistemas de saber que são “deles-e-nossos”, a pesquisa participante se pauta também por uma assumida incredibilidade de criação de conhecimentos.

Em tempos em que vivemos uma desesperança a respeito das mega-metas que eram o nosso horizonte em, décadas passadas, nos encontramos com uma

² Entre os muitos escritos de leitura essencial vindos de Boaventura de Souza Santos, quero indicar com forte ênfase um pequeno livro que me parece sintetizar de forma excelente o seu pensamento. Trata-se de *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. Trata-se da edição de quatro palestras proferidas por ele em Buenos Aires. Em Português foi publicado pela Boitempo Editorial de São Paulo, em 2017.

previsível super-produção de trabalhos científicos. Muitos deles – e esta tendência parece crescente – descem a questões e cenários minimalistas e os associam a supra-teorias não raro desqualificadoras de qualquer motivação humanístico-transformadora que justamente embasam a pesquisa participante. É preciso louvar a face de ousadia e busca em algumas dessas orientações de pesquisa. É preciso temer que entre o minimalismo, o requinte teórico e uma desalentada “desconstrução”, possamos estar diante de um desestímulo a teorias do social e investigação do social com ciências do descompromisso. Se a algumas pessoas da academia importa mais as cores dos trajes de camponeses da Meseta Tarasca no México do que o peso de seu sofrimento, é necessário não esquecer que os trajes camponeses aos poucos perdem as suas cores. Mas sofrimento de quem os usa segue sendo o mesmo, senão maior.

No campo da pesquisa participante vivemos agora uma interação nem sempre fácil e fecunda, entre investigações com uma vocação mais sociológico-objetivo-quantificável-crítico-dirigido a questões e problemas, ao lado de uma vocação mais antropológico-histórico-qualificável-subjetivo dirigida a culturas, histórias, memórias, estilos de vida.

De um lado e do outro a pesquisa participante preserva o princípio de que sua razão de ser não está nos interesses de pessoas como nós quando junto e a serviço de grupos, comunidades, classes, movimentos populares, mas estão situados na fronteira entre o que a “eles” desponta como um motivo e/ou uma direção de investigação e a compreensão que “nós” temos a respeito disto. Assim, o exercício coletivo de uma pesquisa participante parte “deles” para “nós” e, juntos, nos toca estabelecer os seus termos. Não esquecer que “nós” temos temas de pesquisa, enquanto “eles” têm problemas de vida.

Há também um crescendo de motivação na ciência acadêmica de fazer interagirem saberes entre campos de ciências consagradas, de gerar integrações entre a ciência e outras linguagens, de aproximar extremos, como Ocidente-e-Ocidente, pós-moderno e patrimonial, supra-erudito e “primitivo”. Esta é uma tendência muito marcada na antropologia, por exemplo.

Poderia parecer que, vocacionada a uma leitura crítica do real-social, e ser uma ação de criação de saberes contra-hegemônicos e emancipadores, todo um domínio de vida e criação cultural da vida, entre a arte e a espiritualidade deveria ficar de fora da vocação da pesquisa participante. No entanto, para que ela não venha a ser uma experiência reducionista e insensível à totalidade e à dinâmica da vida e da criatividade popular, é importante não esquecer que tudo o que faz parte dos processos sociais e culturais de experiência pluriforme de modos de vida populares deve em algum momento estar presente em pesquisas participantes. Boaventura de Souza Santos relembra isto com clareza, ao responder a uma pergunta feita ao final de uma de suas palestras em Buenos Aires.

Em nossas ciências sociais não somos capazes de ver a espiritualidade porque não há indicadores para isso, como não há

*indicadores para a felicidade... mas necessitamos de uma epistemologia que dê conta disso*³.

Um passo adiante na trajetória da pesquisa participante a aproxima de dilemas e descobertas na antropologia e na história, entre outros campos do saber. Trata-se da evidência das diferenças que vão de pessoas a povos. Estaremos indo além de um simples “respeito às diferenças” no sentido de que eu respeito o outro como um diferente desde uma posição assumida ou encobertamente superior que me permite – mas não ao outro – tal atitude.

Importa partir da evidência de que o que nos qualifica como seres humanos são as nossas diferenças assumidas, na mesma medida em que o que nos desqualifica são as desigualdades impostas. Outros modos de vida, outras culturas não são apenas “diferentes das nossas”. Elas são outras. E seja como coletividades sociais, seja como coletivos de saberes não devem ser subordinadas a nós – o fato da colonização – e nem podem interpretadas por nós.

Os seus diversos autores-atores de saberes próprios não são funcionais fornecedores de dados para nós e nem exóticos emissores de narrativas (lendas, mitos, crenças) que a nós caberia ordenar e interpretar. Eles são, como nós, agentes legítimos de seus saberes de cultura. E, como nós, mas com outros símbolos e significados, são também, sábios, doutores, mestres, investigadores.

Mesmo levando em conta as críticas de Pierre Bourdieu e outros a respeito das ciências do Ocidente e dos campos de saberes e sentidos que elas configuram, somos testemunhas – e não raro beneficiários – da crença disseminada de que elas representam a excelência do saber universal legítimo e confiável.

É sobre o pedestal de uma compartilhada sócio-legitimidade que o investigador acadêmico se move. Ele se reconhece parte de uma confraria de quase-iguais-legítimos e quase todo o acesso individual e coletivo a uma maior legitimidade-consagração depende de um compromisso tácito para com estruturas e instituições formais que garantem o pertencer a e o ascender em uma “carreira acadêmica”. Quem isto escreve a percorre há mais de cinquenta anos.

O exato oposto acontece com a pesquisa participante. Sociológica e geograficamente ela se situa em um não-lugar assumido e/ou imposto. Tendo um dos seus pés (o direito) nas frinchas da academia, ela tem o outro (o esquerdo) nos movimentos e nas comunidades populares. O duplo destino do relato final posto por escrito quando resultado de uma assumida pesquisa participante é uma boa evidência disto.

Ela quando muito é tolerada no mundo científico-acadêmico como uma modalidade de segunda ou terceira categoria. E, tal como acontece com outras práticas sociais de vocação popular e insurgente, o que entre os seus a qualifica é também aquilo que entre os outros a desqualifica. Tal como a educação popular, o

³ Está na página 48 do livro já mencionado aqui.

teatro do oprimido, a teologia da libertação, a proposta de uma cartografia do Sul, a pesquisa participante se apresenta frente a gestores de controle de legitimidade do saber, como uma prática liminar, transgressiva, insurgente e emancipadora. Ela não se dirige a academicamente compreender o real, mas a transformar a realidade através também de sua insurgente partilhada e popular compreensão.

Se pudermos pensar a ciência ocidental consagrada como uma instituição, como uma estrutura consolidada – mesmo quando em crise – do saber legítimo, devemos pensar a pesquisa participante e os horizontes a que ela aponta e para onde caminha, em interação com sistemas de *ciências populares* (Orlando Fals-Borda) e sistemas de *senso comum* (Boaventura de Souza Santos), como a *communitas* de Victor Turner, ou como o movimento em processo por oposição à instituição legítima e consagrada.

A pesquisa participante surge através de intelectuais situados em imensa maioria do mundo universitário. Professores e investigadores sociais envolvidos também, pessoal e vocacionalmente com mundos culturais situados à margem da academia, entre a comunidade tradicional e o movimento popular. É da interação entre o aprendizado vivido na academia e um outro aprendizado, vindo de uma *presença* “junto a” diferente e em muitos casos, divergente daquele que caracteriza a *passagem* do pesquisador acadêmico, para quem mesmo quando promovido a “sujeito”, o outro-que-não-eu ainda é um mero informante, um “objeto de pesquisa”.

É este deslocamento assumido, é esta vocação de *presença em*, para além de uma *passagem por* o que dá a assinatura da pesquisa participante. E o assumi-la como uma prática de envolvimento e de compromisso com o outro-que-não-eu e também um outro situado para além do território da ciência consagrada (“consagrada por quem, cara pálida?”) aquilo que ao comprometer uma legitimidade acadêmica, “consagra” a pesquisa participante como uma prática de pedagogia-com-o-outro; de compromisso com as suas – mais do que as minhas – ações sociais; de partilha em práticas de vocação insurgente e emancipadora.

Assim sendo, muito embora boa parte das investigações realizadas em nossas universidades – mas não na Europa e nos Estados Unidos de América – definam como “participante” a metodologia de suas investigações, e muito embora multipliquem-se encontros e simpósios sobre a pesquisa participante inclusive em cenários acadêmicos, resulta difícil que ela seja “oficialmente” aceita e incorporada da regularidade da universidade e outros centros de “saber superior”.

Um olhar estendido ajuda a compreender que uma posição liminar, um existir e realizar-se em entre-lugares, um partilhar entre-culturas em territórios de fronteira não representa nem uma novidade e nem uma exceção. Se considerarmos o “mundo universitário” do qual somos habitantes e praticantes, veremos que ao longo de sua história, em qualquer parte sempre a “instituição universitária” (como a “estrutura” em Victor Turner) gera, devido ao seu próprio ser ou haver-se justamente uma em sua dimensão própria consagrada e consagradora - ver a sua pesada hierarquia - ver os seus solenes rituais, ver as suas normativas progressões de carreira - brotes de insurgência, confrarias de ruptura, movimentos

de contestação e instauração do imprevisto, do novo, do inovador (como a “*communitas*” em Victor Turner).

Este pode ser um bom momento para recordarmos que justo entre anos 60 e 70 na América Latina, sob o jugo de uma expansão neo-colonizadora do capitalismo central sobre um “continente periférico”, e em meio a governos eleitos e autoritários e governos impostos e ditatoriais (Argentina, Brasil, Chile, Uruguai) é que “desde abajo hacia arriba y desde la periferia hacia el centro” - como dizem os de fala castelhana – surgem frentes de luta e movimento sociais-populares cujo enlace com pessoas emigradas “desde arriba y desde el centro” gera uma sequência interativa de criações insurgentes. Relembro: os sindicatos e outros movimentos sociais populares; a educação popular; o teatro do oprimido e as diversas artes de protesto; a teologia da libertação, a pesquisa-ação-participativa e mais outras tantas criações de diferentes escalas e tempos de vida insurgente.

Criar “entre-nós” saberes e recriar contextos e cenários interativos de inovações pedagógico-dialógicas de saberes vividos também e assumidamente ao longo do acontecer seu processo são razões de ser da pesquisa participante.

Esta modalidade liminar, fronteira e transgressiva de fazer ciência e realizar pesquisas não se destina apenas a produzir informações sob a forma de dados quantificáveis e relatos funcionais, mesmo quando em um momento seja uma ação limitada em tempo, espaço e propósito.

Devemos reiterar que a produção coletiva-compartida de conhecimentos é um recurso, um meio, um instrumento destinado a que, a partir de um refletir crítico, dialógico e criativo – sempre se cria quando se dialoga – os seus praticantes-participantes desenvolvam suas capacidades de pensar pessoal, coletiva, crítica e criativamente. Ousar saber pensar-por-si-mesmo, eis um motivo a ser solidariamente coletivizado de qualquer modalidade de ação-com-o-meu-outro de que a pesquisa participante deve desejar ser uma experiência.

Vivemos tempos em que, entre a propaganda das escolas particulares-mercantis e as normas e leis de nossas “políticas de educação” exaltam princípios e contra-valores de um reducionismo pragmático-utilitário como a excelência do aprendizado. E difundem como o educando-excelente o indivíduo competente-competitivo destinado a um mundo em que o mercado re-coloniza a sociedade, e em que um falso ideal de progresso é a propaganda reiterada de um desenvolvimento que para o povo representa uma experiência a mais de desenvolvimento. Nela a pedagogia hegemônica tende a tornar-se uma “metodologia da transferência de meras e reguladoras “informações funcionais”. E a educação que nela se apoia tende a tornar-se, tal como as outras práticas sociais de cujo território cultural participa, um recurso a mais de colonização de mentes individuais e imaginários coletivos⁴.

⁴ Escrevo estas páginas em momentos de solidão entre encontros, rodas de conversa e aulas em Bogotá, na Colômbia. Tal como vi acontecer na Argentina em fins de 2016 e vejo ocorrer agora seguidamente no Brasil, professoras e professores fazem duradouras greves e, como anteontem aqui, saem aos milhares pelas ruas da

Num universo em que a coletivização imposta de um ensino-programado aspira submeter por completo uma aprendizagem pessoal e transgressivamente crítica e criativa, a simples *informação* se apresenta como o conteúdo suficiente de qualquer aventura do aprender. A difusão de diferentes “pedagogias de competência” é o seu mais conhecido exemplo.

Diante deste cenário podemos pensar que a pesquisa participante deve somar-se a outras tantas modalidades de ações sociais de vocação emancipadora destinadas em sua essência a defender o aprendizado como a perene aventura de um *aprender a saber para agir*, situado muito além do simples *informar-se para se submeter*.

Em sua esfera mais simples uma pesquisa participante pode reduzir-se ao aportar coletivamente dados, informações e conhecimentos sobre “nós-mesmos” e sobre “eles”, e o mundo que “eles” hegemonicamente dominam e colonizam. Mas na sequência e no fluxo de seus momentos, uma pesquisa crítica deve elevar tudo o que através dela se descobre, desvela, conhece, pensa, interpreta, compreende, interage, a um crescente desafio da imaginação. A uma sempre inacabada vocação de *aprender a saber*, associada a um pessoal e coletivo *saber para agir*, que emancipadoramente desagua em um *agir para transformar*.

Ora, se pudermos pensar aqui uma sequência de “o que aprender” como uma boa base para pensar a vocação mais ao mesmo tempo extensa, aberta e fecunda do exercício de qualquer experiência de presença na “aventura do aprender” e de partilha de experiências de criação coletiva “do que aprendemos”, podemos estabelecer não uma oposição, mas uma linha ascendente que vai da *informação ao conhecimento* e do *conhecimento ao saber*⁵.

Podemos dizer de uma informação que nós a possuímos. Uma vez “adquirida” ela se torna uma posse nossa individual. Isto mesmo que milhares de pessoas possuam e utilizem a mesma informação que eu. Através dela eu adquiro a competência necessária para exercer ou mesmo “dominar” uma prática qualquer, como tirar fotografias com uma máquina, caminhar por uma cidade, escrever (como agora, comigo) em um aparelho eletrônico chamado computador.

Informações instrumentalizam práticas funcionais, e um crescendo de competência deriva de um exercício de adestramento através de informações adquiridas, possuídas e exercidas. Tal como acontece com os “aplicativos” de nossos aparatos eletrônicos de comunicação, informações podem ser estocadas, somadas, multiplicadas. Acumuladas, enfim. E não é raro vermos mais e mais

cidade. Em um momento de um noticiário de televisão à noite, um professor-grevista era entrevistado. E com sabedoria ele lembrava em altas vozes que “um salário digno” era apenas um dos motivos de estar “en las calles de Bogotá”. E a seguir enunciava uma série de justas exigências de requalificação de uma educação que não apenas no deterioro dos prédios escolares era a evidência de como o “poder público” trata tudo e todos os que insistem em que vida não se torne uma função utilitária e o saber não seja reduzido à sua utilidade em um mundo reduzido ao mercado.

⁵ Em alguma medida as ideias desenvolvidas aqui não são originalmente minhas. Eu as aprendi com a leitura de alguns educadores-autores, dentre os quais destaco Bernard Charlot. Mas em sua origem e sem que ele empregue as mesmas palavras, elas vêm de Paulo Freire.

peças anunciadas como possuidoras de um alto número de competências úteis devido a um exercício de contínuo adestramento pessoal derivado da aquisição e do exercício prático de informações.

O *conhecimento* me obriga a subir a um andar mais alto. Tal como a *informação* eu a adquiro, integro em mim-mesmo e a possuo. No entanto, o saltar de um plano a outro representa não apenas um dado de fator-de-quantidade, mas de valor-de-qualidade. Pois o conhecimento não é “mais informação internalizada”. Ele é algo de uma outra qualidade. O chegar a obter um conhecimento me obriga a um exercício bastante mais complexo do que o obter uma informação. Vejamos isto com um exemplo simples.

Quando para submeter-me a um exame eu “estudo história da filosofia”, posso limitar-me a adquirir “informações de manual” a seu respeito. Ao final de alguns dias ou algumas semanas posso haver-me informado sistematicamente a respeito de trajetórias, escolas, tendências, nomes, ideias básicas da filosofia universal, tal como ela se apresenta na maior parte de nossos livros escolares. Adquirir informações gerais e funcionais sobre a filosofia e posso até mesmo me sair bem no exame. Mas não aprendi a filosofar.

Emmanuel Kant, um filósofo, certa feita disse isto: “não podemos ensinar filosofia; podemos apenas ensinar a filosofia”. Em outros termos ele poderia haver dito: “não devemos instruir pessoas com *informações* sobre a filosofia; podemos ajudá-las a por si-mesmas adquirirem *conhecimentos* sobre o filosofar”. Pois você se informa sobre a filosofia do lado de fora dela, como uma acumulação de dados e fatos “a respeito de”, mas longe do conhecimento de “como se filosofa”. Numa direção, se seguir em frente, você poderá ser um excelente “sabedor” a respeito da exterioridade funcional de algo chamado “filosofia”. Na outra direção você poderá se lançar na aventura de tornar-se um “sábio”, ou pelo menos um bom filósofo. A acumulação de informações torna você um “especialista”. O exercício da interação de/entre conhecimentos pode tornar você um crítico e crítico “conhecedor”.

A informação tem a ver com competências e com habilidades. O conhecimento tem a ver com consciência e com flexibilidade. Eu não aprendo filosofia, mas aprendo a filosofar, quando salto da aquisição de informações para a interação com o conhecimento. Quando eu “enfrento um filósofo e o seu pensamento” através de sua leitura atenta, crítica, reflexiva⁶. Eu não apenas adquiro e acumulo informações sobre “como ele pensa”. Eu mergulho em seu pensamento, dialogo com ele – mesmo que ele seja Kant e tenha vivido e morrido no século XVIII – confronto ideias, comparo teorias, interrogo a ele e a mim, leio e releio, anoto, escrevo, corrijo, volto a ler, reflito com ele, contra ele, se necessário. Enfim, para além de eu me “informar sobre”, para utilizar o que adquiri, eu “conheço” para compreender o que eu aprendi a conhecer, e eu me transformo

⁶ Certa feita, quando estudante do Mestrado em Antropologia na Universidade de Brasília eu me gabava diante de um amigo, doutorando de filosofia na Universidade de São Paulo, alardeando a quantidade de páginas em inglês que devia ler a cada semana. Ele me ouviu e tomou nas mãos um livro que estava sobre a sua mesa. Abriu o livro em uma página, apontou para mim um parágrafo dela e me disse: “você está vendo este parágrafo? Eu estou lendo e relendo ele há quinze dias”.

interiormente, porque agora sou eu-ainda, mas um alguém que se alçou de si mesmo ao reaprender não apenas a pensar, mas a refletir sobre o que pensa.

O passo – ou o voo – do *conhecimento* ao *saber* implica saltar a uma escala acima. Semelhante ao *conhecimento* e distanciado da *informação* ninguém pode dizer que possui um saber, pelo menos quando ele está situado na escala pensada aqui. Em me apropriando de uma informação, de um conhecimento, mas não de um saber. Pois ele é algo que interativa e coletivamente *flui-entre*, ao invés de *estar-em*.

Sendo um momento, um fluxo e uma partilha do-que-se-aprende-e-sabe, o saber é reflexivo, instável, transformável, dialógico, e não-apropriável e impossível. Não possuímos um saber, mas o partilhamos. Passando em cada um de nós, ele existe enquanto flui entre nós. Assim, posso dizer que entre outras pessoas em ascendo ao saber e à compreensão algo quando participo do círculo daqueles que sabem e compreendem aquele saber. Para além de um conhecimento que eu reflexivamente adquiro através de meu esforço para conhecer (como na informação) e para compreender (para além da informação) o saber me possui e solidariamente me exime de “ser mais do que outros pelo que eu sei e eles não, ao de alçar ao fluxo daqueles que solidária e construtivamente compartilham um saber”.

Em qualquer esfera em que ela se realize, uma investigação crítico-criativa, com a pesquisa participante sonha ser, deve em seus fundamentos deslocar a ideia de apropriação, domínio e posse da produção colonizadora do que se aprende, em direção à ideia de partilha, reciprocidade, e dom gratuito da criação emancipadora daquilo em que mutuamente nos transformamos ao juntos e solidariamente, aprendermos a saber.

Entre dimensões que vão da pessoa à família, dela aos diversos grupos locais humanos, deles às comunidades de partilha da vida, delas às sociedades (em todos os seus planos e dimensões) e de sociedades a toda a coletividade humana, devemos resgatar dois princípios fundadores da educação popular e da pesquisa participante. Lembrando Paulo Freire: “aprender a dizer a sua palavra”. Lembrando Orlando Fals-Borda: “aprender a escrever a sua história”.

Mais do que um instrumento de valor pedagógico e também político, através de uma educação pensada e vivida como uma cultura política em movimento, a pesquisa-ação-participativa aspira vir a tornar-se ao longo do tempo uma ação destinada a quebrantar silêncios. Uma vocação da partilha do saber devotada a desvelar invisibilidades de outros-que-não-nós, e a compartilhar ações de redescoberta do direito à própria voz entre os que secularmente foram e seguem sendo os que calados – ao menos diante de nós – escutam. E mais do que o acesso a ela, o poder descolonizado de recriar suas culturas, alçar suas ciências e escrever suas histórias e a desenhar com as suas mãos o perfil de suas próprias identidades.

Procedendo desde dentro (no cerne da vida real do presente) e desde baixo (o lugar social do povo na sociedade desigual, colonizadora e excludente) a

pesquisa participante trabalha por vir a ser uma solidária e igualitária prática do diálogo entre diferentes. E se assim ela chegar a ser e a proceder, então poderá ser uma experiência insurgente, des-colonial e transformadoramente emancipadora e humanizante.

Bogotá, sete de junho de 2017

Complemento revisto em Bogotá e Cartagena de Índias

A investigação, sobretudo a que oscila entre o científico e o acadêmico, e, mais ainda, a que se destina ao estudo de pessoas, de grupos humanos, de comunidades, de sociedades, de culturas, busca transformar um *outro*, pessoal ou coletivo (sua pessoa, sua vida, sua história, seus imaginários, seu destino) em algo descrito, conhecido, compreensível e interpretado por e para *mim*. Para um *eu* ou um *nós*, diferente e distante, na maior parte dos casos, sobretudo na antropologia, desconhecido, pouco conhecido, distante e diferentes do/s *outro/os* pesquisado/os, investigados, descritos, analisados, interpretados, postos (em geral) por escrito em uma narrativa científica que mesmo quando de algum modo levada a cenários de vida do *outro* – o pesquisado – nunca, raramente ou jamais será compreensível por ele.

Na antropologia – o campo de saber desde o qual eu falo – existem vários e crescentes escritos que pensam, “passam por cima”, criticam ou mesmo

apontam sérias contradições de postura científica, ética, interativa e mesmo afetiva a este respeito⁷.

Em suas diferentes modalidades e ao longo de sua breve história – sobretudo na América Latina – a *investigação-ação-participativa* busca estabelecer uma interação *eu-outro* através da qual este *outro-que-não-eu* participe do todo ou de momentos do acontecer da pesquisa (entre o projeto que se escreve e o relatório que se edita). E através da qual tanto o processo quanto o “produto” da pesquisa sejam partilhadamente processados, produzidos, dados-a-ver (a ler) e compreensíveis e interpretáveis por mim e pelo outro, desde o ponto de vista e da vivência de culturas de cada um.

Nas diferentes modalidades de pesquisas acadêmicas – mesmo as mais qualitativa e interativas – o acontecer do diálogo é quase sempre uma estratégia, uma atitude derivada de uma metodologia de pesquisa, realizada através de observação participante, de questionários (sobretudo os mais “abertos”, de entrevistas (“abertas ou fechadas”), de narrativas de histórias de vida, de escuta atenta de “memória social”, destinada a fazer de um outro um sujeito performático, um informante, um narrador, um confidente-para-mim e não – ou parcial e raramente – para ele-mesmo. Ele age e eu vejo, percebo e registro. Ele me oferta a sua narrativa e eu a transformo em uma minha-narrativa. Isto é, em um discurso-outro, que agrega valor acadêmico e científico justamente por causa desta alquimia em que o saber de quem é a fonte de meu saber torna-se traduzível e compreensível pelos meus outros – os que me lerão e, em nossos termos, dialogarão comigo, e não mais pelo *outro*, o autor de uma sua-narrativa que eu transformei em minha. Mesmo quando o meu texto final está carregado de passagens de suas “falas naturais”, que em meu texto somente ganham valor quando a seguir reinterpretadas por mim.

Na *investigação-ação-participativa*, entre diferentes variantes de finalidades, abordagens e destinações, supõe-se que o acontecer do diálogo, como uma inter-troca entre sujeitos diferentes-igualados é fundador da relação que se estabelece. Em princípio não se utiliza o diálogo como uma metodologia ou uma prática objetiva de trabalho de pesquisa. Vive-se uma relação dialógica como princípio gerador da relação entre *eu-e-o-outro* autores, atores e emissores de saberes diferentes, mas não desiguais. O *outro* não sabe menos do que eu; sabe diferente. Sendo o princípio fundador da relação, o diálogo entre diferentes-igualados é também o guia do processo do acontecer da relação de pesquisa e é ainda a sua destinação final. Eu não dialogo com um *outro* para “extrair” dele os seus saberes, os seus sentidos de vida, os seus significados de mundo, as suas sensibilidades e as suas sociabilidades (suas formas de habitar os seus mundos, compartilhar sua vida social e criar formas de um existir coletivo) destinados a se tornarem uma narrativa científica minha. Eu estabeleço um diálogo como inter-troca de saberes diversos e equivalentes

⁷. CITAR ARTIGOS DO LIVRO DE REYNOSO

como valor em suas diferenças, para partilhar com ele, em um primeiro momento, um com-saber, no interior de um ensinar-aprendendo e aprender-ensinado que extrapola a própria pesquisa (que é sempre e afortunadamente finita) e deve (ou deveria se continuar) em outras relações anteriores, contemporâneas e posteriores à pesquisa.

O processo e o “produto final” (se é que neste caso ele existe) de uma pesquisa participante não resultam de e nem um *para-eles* e nem um *para-mim*. resultam em algo fluido e diferenciadamente partilhável: um *entre-nós*.

Entre as suas muitas diferenças, o propósito de uma investigação científica no campo das “humanas e sociais” é transformar diferentes narrativas em um discurso único (minha escrita, meu artigo, minha dissertação, meu livro, minha tese e, se possível “minha descoberta”). Como já lembrado aqui mais de uma vez, um discurso competente desde o ponto de vista “dos que partilham comigo o meu conhecimento” e tão mais academicamente considerado quanto mais distante do alcance de saberes daquelas/es que aportaram as suas narrativas e/ou performances, como “dados de campo”, para a sua realização. O que se escreve é para ser ouvido, lido e compreendido “pelos meus”, mesmo que entre “eles” estejam aqueles que não compreendam inteiramente, não aceitem em parte ou recusem no seu todo o “meu texto”.

Supõe-se que à exceção de algumas situações diferenciadas e não-usuais, o efeito de uma investigação acadêmica está destinado a de alguma maneira produzir modificações significativas (qualquer que seja a sua dimensão) em meus mundos (minha legitimidade acadêmico-científica, minha carreira, meus pares, minha instituição, minha nação, a minha linha, vertente ou corrente teórica em meu campo de saber, minha sociedade, o “avanço da ciência, o progresso...”). Claro, algumas investigações de teor mais presente-e-crítico poderão estar dirigidas ao embasamento e ao reforço de compreensões só em favor de críticas– mais ou menos abrangentes - de teor político com vistas a transformações sociais de teor político.

Supõe-se que, mesmo quando imperfeita e incompletamente realizada, uma investigação-ação-participativa almeja, com a ativa participação “deles”, realizar alguma dimensão de empoderamento de suas forças, de emancipação diante da colonização de poderes hegemônicos, de transformações, enfim. Transformações descolonizadoras de suas mentes, de seus imaginários (ideologias inclusive), de seus símbolos, saberes, sentidos e significados – preservadas as suas “tradições patrimoniais” – suas vidas pessoais e coletivas, seus destinos, suas comunidades e/ou sociedades abrangentes, suas histórias.

Neste sentido investigações deste tipo têm sido praticadas tanto junto a comunidades bastante tradicionais e não “mobilizadas” segundo os nossos termos, mas nem sempre segundo o “deles”, quanto junto a movimentos sociais populares, frentes de lutas populares, suas organizações locais, regionais ou mesmo nacionais (camponeses, povos da floresta, quilombolas, indígenas), enfim instâncias de mobilização “desde as bases” de práticas

contra-hegemônicas dirigidas algum campo e/ou dimensão de emancipação social.

Fora algumas pessoas, grupos ou mesmo equipes de profissionais científico-acadêmicos inconformado, no amplo campo “normal” das ciências-científicas o que importa em primeiro lugar é lograr “produzir ciência confiável e competente a respeito de nós-mesmos e/ou “deles”. Se sobre nós-mesmos (como, por exemplo: “opções religiosas e representações da vida após morte entre estudantes pós-graduados de medicina em Passo Fundo”) cessada a investigação e divulgados os seus resultados, é provável que vários dos “objetos” ou “sujeitos da pesquisa” tenham acesso a ela e diferenciadamente sejam capazes de compreender a sua retórica.

De outra parte, cessada a interação devida a uma pesquisa de campo junto a “eles, ou “os outros”, quase sempre cessa também a relação interativa com “eles” e o seu mundo e o investigador retorna à plenitude dos relacionamentos “com os meus”. Pode ser que em algum caso haja de parte da pessoa ou da equipe de uma pesquisa junto a “eles”, alguma forma de retorno, como no levar a uma comunidade popular exemplares do artigo escrito. No entanto, fora exceções, esta relação quase sempre é mais cerimonial e simbólica do que efetivamente comunicativa ou mesmo pedagógica.

Supõe-se que pesquisas ao estilo IAP são alternativas que partem de inconformidades. Partem do estranhamento, ou mesmo da consciência do absurdo legitimado de que pesquisas centradas em uma dualidade-polaridade pré-estabelecida não refletem apenas um lapso, uma falta, uma inadequação, um problema ou um pequeno dilema metodológico a ser metodologicamente reduzido ou, se possível, superado. Elas estão – por melhores que sejam as suas intensões de origem e derivadas – de uma contradição, ou mesmo de um absurdo de teor humano, relacional, interativo, social.

Como minha formação de origem é a psicologia, que eu pratiquei durante alguns poucos anos, como psicoterapeuta e um professor de psicologia, antes de me tornar um antropólogo (durante anos e em vários cenários criticado por meus pares da academia por meus condenáveis “psicologismos”) quero tomar aqui o paralelo entre a relação terapêutica e a de pesquisa nas áreas das pesquisas científica “humanas e sociais”.

Na relação terapêutica há um acordo fundador entre a pessoa do terapeuta (psicólogo, psicanalista, aconselhador, assistente social, e até médicos e equivalentes), e um cliente. Cliente que pode também ser individual ou coletivo, como em diferentes versões de terapias grupais. Este acordo fundador poderia ser escrito assim: “você, o cliente, vai se narrar para mim. Em seus tempos e a seu modo você vai se revelar para mim. Vai tentar tornar-se o mais consciente de si-mesmo e o mais transparente para-si-mesmo e para mim. Começando pelo mais social e mais trivial você deverá mergulhar cada vez mais profundamente em si-mesmo, em sua vida, nas vidas de outros com quem você comparte a sua vida e o que elas significaram ou significam agora

para você. Como um alguém que vai passando por salas e quartos variadamente iluminados da “casa de você mesmo/”, até chegar (se você quiser, pois você é livre para tanto) ao porão totalmente escuro de eu-mesmo”, munido de uma lanterna, para iluminar partes pequenas ou mesmo partes maiores e menos conhecidas de você mesmo”. Eu vou ouvir e vou partilhar com minhas perguntas e observações de sua narrativa. Na relação entre-nós o que importa é essencialmente você. É o desvelamento que você mesmo fará de si-mesmo. Minha interação com você serve a você e não a mim (a não ser quando eu tomo anonimamente, como Freud, o seu “caso” e a não ser quando você me paga pela consulta, e me recomenda às suas amigas). Tudo o que nesta sala for vivido-pensado-e-dito serve a você através não de mim, o terapeuta, mas da relação entre-nós estabelecida com base em uma mútua e diferenciada relação. Quanto mais confiável, livre e livremente confidente for esta relação e forem as narrativas de eu-mesmo, proferidas com palavras, gestos, atos de sensibilidade, etc. tanto mais será possível a mim confiar em suas narrativas, conhecer algo de você, compreender você e sua interioridade, e buscar, com você “analisar”, interpretar, enfim tornar compreensíveis para você mesmo, através de um sempre mais denso e profundo diálogo entre-nós... o ser chamado você-mesmo”.

Na relação de pesquisa, tal como tentei descrevê-la nas páginas acima, mesmo quando há uma intenção de ajuda, de esclarecimento, de crítica, de denúncia em favor de quem é pesquisado, entende-se que a interação eu-outro não cria em seu processo (da elaboração de um projeto à escrita de um relatório, repito) e em seus produtos, um entre-nós. É previsível que um polo (o do pesquisador) pergunte sem responder, e o outro (o do pesquisado) responda sem perguntar. A não ser por uma disposição pessoal de um investigador, raramente há, para quem é percebido, perguntado, questionado, investigado para ser depois, descrito, analisado, interpretado, uma informação substantiva sobre o que se está vivendo e o que deverá resultar de tal vivência dicotomicamente interativa. É preciso que o outro aja como eu desejo e narre como eu espero entre atos e falas que eu transformarei em algo a que ele não terá acesso, ou que não compreenderá, se tiver, para que o meu trabalho como pesquisador seja de fato científico. E, não raro, quando mais complexo e indecifrável por outros que não os meus for o meu artigo, tanto mais ele será credenciado academicamente.

Longe de mim (e de minhas remotas origens) tentar fazer do pesquisador um aprendiz de terapeuta. Mesmo recordando que terapeuta é uma palavra grega que em alguns momentos, cenários e situações chegou a significar: “o que cuida do ser”.

Creio que entre a teoria, a pesquisa e a prática da ação social uma superação de um imemorial dilema não está de modo algum em “levar ao povo os nossos saberes”, por melhores que sejam as nossas intenções. Traduzir para linguagem popular o *O Capital* de Karl Marx pode ajudar. Mas a anos e anos sabemos através das mais diversas situações que uma bem-

intencionada, mas ainda enganadora e colonizadora aposta em ensinar-o-povo-a-aprender-o-que-sabemos, sobre ele inclusive, é tão irreal e infecundo quanto impositivamente colonizador. Repetimos com as melhores intenções erros e ilusões que vão da catequese religiosa do passado (e do presente, entre várias tradições religiosas francamente conversionistas) aos enganos de uma política pedagógica de transferência de saberes, valores, ideologias e manuais de “princípios para a ação”.

Mesmo sem possuir ainda (e depois de tantos anos) uma base consistente que me permita afirmar com certeza o que escrevo aqui como fração de meus imaginários, creio que a saída do impasse, ou mesmo do absurdo que de maneira rudimentar descrevo aqui, poderia estar no encontro de uma “terceira margem do rio”. E aqui recorro à imagem de João Guimarães Rosa, mesmo sem saber se em seu conto ou fora dele ela existe de fato.

Entre um lado e outro – o do indígena, o da extrativista e o do seringueiro da Amazônia e o meu (carioca de Copacabana) – o desafio está em criarmos “entre-nós” fronteiras de diálogos. Áreas de fronteiras em que (ou entre as quais) o diálogo não se limite a ser um dizer-o-que-eu-penso e estar aberto a ouvir-o-que-o-outro-pensa, mas um encontro em que nós dois criamos juntos algo que é novo e nem é dele e nem meu, para ser nosso.

De outra parte e em uma outra dimensão, podemos estabelecer sem rigidez alguma as seguintes diferenças no que toca estilos de pesquisa (todos eles praticados por mim em minha vida de estudante e/ou de professor-e-pesquisador). Em uma pesquisa em geral, experimental, quantitativa e regida por preceitos e princípios de um também diferenciado neo-positivismo, existe uma desconfiança metodológica quanto às próprias pessoas que realizam o experimento, a pesquisa ou o que seja. Esta desconfiança é maior ainda no caso dos “outros”, os então “objetos da pesquisa”. Procedimentos importados de áreas como a medicina são então trazidos para o campo das ciências humanas e sociais.

Regras restritas de “trato com os outros” são impostas e treinamentos são realizados para o aprendizado de suas práticas. Questionários fechados são testados antes de serem aplicados. Seleções aleatórias e estatisticamente determinadas das categorias “deles”, participantes da pesquisa são realizadas antes de seu começo (grupo experimental X grupo de controle). Um rigoroso tratamento científico dos “dados” é levado a efeito. Os resultados derivados de quantificações testadas e confiáveis são transformados em um discurso em que se discorre a respeito da comprovação ou não de uma ‘hipótese de trabalho’. Algumas bulas de remédios são um bom demonstrativo de tais procedimentos.

Uma pesquisa qualitativa, entre as suas hoje várias modalidades, parte de um suposto raramente apresentado em seus manuais. Nela o sujeito ou os sujeitos que participam como pesquisadores são pessoal e coletivamente confiáveis. Na verdade, em vários casos – bastante frequentes em pesquisas

antropológicas de longo curso – a pessoa do pesquisador torna-se o principal “instrumento da pesquisa”. Ele não apenas torna-se confiável, como parte desta confiança-em-mim-mesmo para estabelecer os princípios das relações interativas que irá viver com as pessoas envolvidas em sua pesquisa. E uma interação agora bem mais livre entre duas pessoas (mesmo quando em posições de relações desiguais) substitui a relação impessoal e quase mecânica em que um pesquisador submetido à sequência ordenada de um questionário interroga uma pessoa. Um alguém tão mais confiável quanto mais impessoal porque o que importa não é a narrativa pessoalizada de uma vida, ou de um modo-de-vida, mas os dados impessoais - e tão melhores quanto mais objetivamente passíveis de uma boa quantificação – de fragmentos de uma vida, ou de um padrão-de-vida. Interrogatórios policiais não são muito diferentes de algumas pesquisas “neutras e objetivas”.

Ora, podemos supor que a investigação-ação-participativa, e outras alternativas semelhantes vindas sobretudo da antropologia, pretendem ousar o salto seguinte. Se na pesquisa qualitativo-interativa eu, o pesquisador sou confiável, agora é também o outro quem é agora confiável. Também confiável. Bom para responder às minhas perguntas, na pesquisa qualitativa, na observação participante, ele é agora também bom para estabelecer as perguntas. Para em uma relação não apenas eu-tu, em que desaparecem não apenas sujeito-e-objeto, mas um sujeito que pergunta e outro que responde, no interior de um entre-nós, criarmos juntos as perguntas que caberá a um “ele” individual ou coletivo, não apenas responder, mas refletir, dialogar, estabelecer uma narrativa ou várias, partilhar dados, recuperar memórias que depois deverão se transformar em um algo: um relatório, um informe, um artigo, um esboço crítico não apenas sobre a interioridade de “seu mundo”, mas sobre a extensão entre o que se passa em sua vida e seu mundo e aquilo que torna “assim”, sua vida e seu mundo.

O Acontecimento mais importante em uma relação de pesquisa é também o mais secreto, o mais silenciado, o menos confessado, posto às claras. Ele é uma espécie de acordo entre duas ou mais de duas pessoas situadas em uma ou em outra margem do fluir de uma pesquisa. E qual é este acordo não dito, mas rigorosamente observado de um lado e do outro? Ele pode ser enunciado do lado de quem realiza a pesquisa (quem a pensou, quem a projetou, quem a leva a realizar-se, quem pergunta e espera respostas, quem a partir dos seus “dados” deverá escrever, produzir divulgar, publicar algo: um relatório, um artigo, um livro ou o que seja) da seguinte maneira:

Você que está diante de mim e responde às perguntas que eu faço (eu um inventário, um questionário, uma entrevista aberta ou fechada, etc) ou que age, atua, realiza uma performance diante de mim que o observo, registro, fotografo, gravo, etc, você jamais conhecerá na íntegra o resultado do trabalho e pesquisa de que participa como meu objeto de, ou mesmo sujeito de minha pesquisa. E, se acaso, vier a ter algum acesso aos meus “resultados”, não os compreenderá, pois

tratarei de transformar o que vi, registrei, gravei em uma linguagem para ser compreendida por meus pares e para ser incompreendida por você e os seus. E justamente o segredo de meu trabalho será transformar algo de sua cultura e compreensão em algo de minha cultura e compreensão, incompreensíveis por você mesmo quando possivelmente acessados. Eu simplesmente não posso e não devo realizar algo que, sendo uma pesquisa científica a partir de você, venha a ser algo que você, tal como é, sabe, pensa e vive agora, possa conhecer, compreender e interpretar.

Do outro lado do acontecer da pesquisa, aquele que se dispôs a atuar, representar ou simplesmente responder a perguntas estabelecerá em silêncio:

“Entre meus atos e minhas falas diante de você ou para você poderei “passar”, ou deverei transmitir apenas fragmentos do que sou, de como penso, de como ajo em cada situação, ou, no plural, de como somos, os de meu mundo, minha comunidade, minha cultura, como cremos, como pensamos, como agimos, como atuamos diante desta ou daquela situação. Você me perguntará fragmentos e eu responderei com gestos e/ou falas de fragmentos. Ou porque não alcanço a totalidade do que você deseja, ou simplesmente porque não é nem possível, nem junto ou razoável que eu transmita a você algum “todo de mim” ou “de nós”, estenderei a você apenas parcelas médias, pequenas ou mínimas de nossos saberes, sentidos, significados, sensibilidades, sociabilidades. Pensando desvendar nossos segredos você está apenas tocando uma parte pequenina deles. E será apenas sob a condição de jamais traduzir para você tudo o que é a gramática de nós e nossas vidas, que eu posso dialogar com você, dar-me a ver e responder às suas perguntas.

Diante de um outro, o seu rosto, a sua dor. A imagem de um outro, uma pessoa. Mesmo sem a dor e o sofrimento, o que é estar colocado frente a um outro, e passar por ele com a indiferença moderada de quem sabe que precisa estar informado, sem necessariamente estar envolvido. Que o *outro*, distante ou próximo, por um momento venha a mim sem estar comigo, e sem me obrigar a outros gestos além destes: ver, perceber, saber, compreender, estar informado.

Bem mais do que o noticiário e do que a revista, a pesquisa abarca e dramatiza este dilema. De algum modo podemos imaginar que boa parte do que ela é, e boa parte do que fazemos ao vive-la, tem a ver com a maneira como aprendemos a lidar com este dilema. Em algumas situações e com fundamentos situados em boas idéias, a investigação científica pode esquecer que, mesmo entre pessoas, ela é apenas uma seqüência prevista de atos

técnicos conduzidos por uma teoria sobre algo, e levada com critério e rigor a um teste empírico.

Sim. Mas de algum tempo para cá e com o desenvolvimento de alternativas de investigação científica que mais do que qualitativas (o teor e valor dos dados), são interativas (a qualidade da relação que gera o dado) e francamente *intersubjetivas* (reciprocidades entre pessoas-sujeitos postas em relação), começamos a aprender que a pesquisa não é uma *experiência*, a não ser quando muito redutiva e muito objetivamente experimental. Ela é. Ante de mais nada, um *acontecimento*.

Vou pesquisar algo junto a alguém. Tenho uma teoria (um ponto de partida); tenho um objetivo (um ponto de chegada); tenho um método (um caminho entre uma coisa e a outra). Mas eles me trouxeram “aqui”. E agora estou aqui e estou diante de alguém: um *outro* e, comigo, um *nós*. Diante *dele*, ou diante de *você*. Estou (estamos) ali (aqui), situados de um lado e do outro de meus propósitos, do meu tempo disponível, de minhas perguntas, meu roteiro de entrevistas, meu questionário, meu gravador minha máquina de fotografias, de minha filmadora, até. Por um momento, regido pelo dever de fazer algo produtivo com “isso tudo”, eu me iludo ao pensar que o *acontecimento* da pesquisa começa quando eu sair “daqui”. Quando longe de você a quem eu lancei minhas perguntas, entrevistei, gravei e fotografei, e me despedi, eu volto a um lugar de origem e ordeno os meus dados (a alquimia antes da mágica) e, depois, escrevo o meu texto (a mágica depois da alquimia).

Mas não. Pois a verdade pode estar no exato inverso. Antes e depois, quando estou de novo sozinho e estudo, planejo, revejo, ordeno e escrevo, talvez esteja então vivendo a seqüência prevista dos momentos da pesquisa como uma *experiência*. Mas diante de um *outro*, quem quer que ele seja, eu só posso estar vivendo um *acontecimento*. Aqui e agora a minha pesquisa é, por um momento que seja, nossa. E por ser uma forma de reciprocidade entre nós dois, entre você e eu, *acontece* como um *encontro*.

Tudo mais antecede ou sucede este momento único em que duas pessoas se olham, se falam, se sentem e se pensam, e imaginam que se entendem, intertrocando entre elas gestos do rosto, do corpo e do espírito. E de um lado e do outro do que torna uma pesquisa viável e confiável, elas trocam entre palavras e silêncios, os seus seres, sentidos, sensibilidades, saberes e significados. Isto que à vezes reduzimos à categoria de “dados”. Mais ou menos como os turistas que vão munidos de máquinas digitais a um lugar único. E ali estão por dez minutos. E fotografam como quem só sabe ver através da máquina. E voltam dali com centenas de micro-imagens ávidas da tela de um computador. E retornam à casa sem haverem parado com vagar uma vez para viverem a aventura do ver com os próprios olhos. Ver, simplesmente, por um breve momento mágico a maravilha da cena que se abre ali, real, “ao vivo e a cores” diante de seus olhos.

Toda a pesquisa quando envolve de um lado uma pessoa e, do outro, não uma pedra ou um animal, mas uma outra pessoa, enfrenta o dilema de transformar um *encontro* em uma *experiência*, ao invés de transformar um *encontro* em uma *relação*. Entre duas pessoas genuínas que não se querem encontrar como personagens de cenas escritas por outros para eles representarem um diante do outro, o único *encontro* realmente humano em sua plenitude é a *relação*. É a interação entre dois seres em que o outro não possui utilidade alguma para mim, na mesma medida em que em nada sou útil ou proveitoso para ele, a não ser na condição de sermos, em nós mesmos e um para o outro, apenas a pessoa que somos e que fazemos interagir com uma outra pessoa.

Em termos absolutos – porque depois deveremos descer ao que pode ser relativo entre eles – o oposto da *relação* em uma situação de *encontro* entre pessoas, não é propriamente o domínio ou a coação, mas a *experiência*. Pois eu deixo de me relacionar livre e intersubjetivamente com um *outro* de algum modo colocado diante de mim, quando o experimento, quando o experieço. Quando eu o testo – e a mim mesmo - para saber, segundo os meus interesses, qual o teor de utilidade dele para comigo, logo, para mim, em meu proveito. Mesmo que de alguma maneira este proveito próprio seja estendido também a ele. Não é apenas porque o domino e por um momento defino o seu destino que eu o transformo em um objeto-para-mim, ao invés de conviver com ele como um sujeito-sem-si-mesmo, em uma interação intersubjetiva, uma *relação* entre dois sujeitos livres um para o outro. Eu lido com um sujeito tornado para mim um meu-objeto quando de algum modo estabeleço como fundamento de nosso *encontro* uma utilidade dele e nele, para mim.

Mas podemos agregar a todas as explicações propriamente científicas a respeito de nossas próprias falhas e lacunas uma outra. Uma outra explicação que justamente por ser menos científica poderia ser mais explicativa aqui. Ela é de novo humana e relacional, quase ontológica, e outra vez é em Martin Buber que eu me apoio para trazê-la a este momento de nosso diálogo. Não conseguimos apreender mais do que frações parcelares das pessoas, grupos humanos, comunidades ou culturas que estudamos em parte porque o âmbito em que elas e eles se movem é sempre muito mais amplo do que o círculo de compreensões de nossos modelos e sistemas de explicação. Nunca abarcamos mais do que alguma parte da casca que envolve a realidade do ser, do viver, do sentir, do lembrar, do pensar e do agir de uma pessoa porque quase nunca conseguimos nos relacionar com ela como uma pessoa. Aquele a quem estendemos apenas o interesse de nosso saber pelo saber dele, e a quem, por mais respeitosos e pessoais que sejamos, sempre de algum modo objetivamos em nome de nossos proveitos e interesses, não nos pode oferecer mais do que a sua pálida e fracionada face de objeto. Todo o ser de uma *experiência* sujeito-objeto, que não alcança ser ou que se nega a ser uma *relação* entre subjetividades, apenas pode revelar, entre um e outro no acontecer da pesquisa, e entre quem “conduziu a pesquisa” e quem será

depois convidado a ser um seu interlocutor, mais do que fragmentos e exterioridades. Relatos transformados em relatórios, onde palavras como: “produto”, “produtos esperados”, “resultado obtidos”, objetivamente revelam a submissão do trabalho científico ao ideário do utilitário dos negócios e de seus proveitos. Você já reparou como verbos tais como: “criar”, “descobrir”, “inventar”, “interpretar”, “dialogar”, e outros de igual teor vão sendo substituídos por equivalentes como: “produzir”, “desconstruir”, “inventariar”, “sistematizar”, “debater”?

Pois de uma *experiência* em que me aproprio de um outro segundos os moldes de meus projetos e proveitos, só posso obter a imagem devolvida por um outro a mim mesmo, e em que acabo vendo e lendo a figura de meu próprio rosto no espelho que ele volta a mim, como a me dizer que isso é tudo o que resta de quem não soube ver e ver-se na difícil transparência única do olhar de um outro. Eis o dilema: entre EU e um outro, um TU, é tudo ou nada. E não se trata apenas de perguntar pragmática, política e eticamente a quem se destina o proveito do produto de uma pesquisa. Trata-se de perguntar ética e afetivamente como deve acontecer o momento humano único em que de um, lado e do outro pessoas vivem o processo da pesquisa.

Mas, apesar de assim ser, daqui em diante tudo o que estivermos dialogando tem a ver com o desafio de vivermos a criação de saberes confiáveis, proveitosos e solidários através de situações de pesquisa que o tempo todo estejam procurando o equilíbrio possível entre a *experiência* necessária ao avanço do conhecimento científico e a *relação* indispensável a torná-lo não apenas algo útil e confiável como um produto do saber (não raro a serviço de algum poder) mas alguma coisa humanamente significativa e proveitosa, como uma criação do espírito humano e de sua capacidade – sempre precária, mas sempre aperfeiçoável - de compartilhar e partilhar tudo o que ele cria através da relação generosa e gratuita entre sujeitos, em lugar de apropriar-se e privatizar o que ele produz através de experiências em que você precisa ser tornado um meu objeto, para que eu possa saber algo a seu respeito.

As idéias tomadas até aqui são de propósito radicais e segui-las ao pé da letra talvez torne inviável o próprio trabalho do pesquisar. Tomei a questão do *relacionamento interativo* na criação de conhecimentos e o acontecer do *encontro*, entre os pólos “buberianos” da *relação* ou da *experiência* entre pessoas como o seu maior desafio. Também muito a propósito e de uma maneira que poderá a muitos ter parecido descabida, quis começar convocando pedra e animais a que viessem nos dizer, mas pela voz de interlocutores humanos os mais respeitáveis no mundo das ciências, como até nas conexões entre nós e elas (pedras) e eles (animais) questões de reciprocidades e de respeitos até pouco tempo atrás impensáveis, hoje em dia

tornam-se não só nada descabidas, como até mesmo o anúncio do que há de vir a nós, dentro de fora do mundo das ciências de agora em diante.

No âmbito da pesquisa humana e social vários caminhos têm sido buscados ontem e hoje. Aquilo a que aprendi a emprestar o nome amplo e vago de *pesquisa participante* é apenas um entre outros. Um entre tantos e somente válido como um caminho que antes de chegar ao seu destino (se é que isto existe), atravessa outros e converge com outros.

primeira

Podemos acreditar com os diversos inspiradores dos novos modelos de pensamento, dos paradigmas emergentes, que a razão de ser do pensamento e da ciência desta Era do Conhecimento não é mais, com prioridade, o criar, através de experiências de alta competência e especialização, conhecimentos tão especiais que não possam estabelecer redes de interlocução sequer com campos vizinhos do saber.

A pesquisa serve à criação do saber e o saber serve a interação entre saberes. A interação dialógica entre campos, planos e sistemas de conhecimento serve ao adensamento e ao alargamento da compreensão de pessoas humanas a respeito do que importa: nós-mesmos, os círculos de vida social e de cultura que nos enlaçam de maneira inevitável, a vida que compartilhamos uns com os outros e todos os seres da vida, o mundo e os infinitos círculos de realização do cosmos de que somos, nossa pessoa individual, nossas comunidades, a vida, o nosso mundo, parte e partilha.

Todo o conhecimento competente não vocacionado ao diálogo entre saberes e entre diferentes criadores de saberes – inclusive os situados fora do campo das ciências acadêmicas e dos saberes autoproclamados como cultos e/ou eruditos – não tem mais valor do que o de sua própria solidão.

segunda

Podemos acreditar no intervalo da comunicação entre os defensores dos modelos de objetivação da ciência (os herdeiros da tradição epistemológica da “física social” entre os cientistas da pessoa e da sociedade) e os defensores dos modelos de subjetividade do cientista (os herdeiros da tradição epistemológica das ciências do espírito, para quem o fundamento da sociedade é a ação humana e o fundamento da ação humana é a sua subjetividade) que, qualquer que seja o seu campo de realização e, mais ainda, de integração com outros campos de ciências e de interação com outros domínios de criação de conhecimento-valor, a pesquisa científica e o cientista devem lutar por preservar critério de rigor, de objetividade e de honesta competência em seu trabalho. Isto não deve ser contraposto ao crescendo da evidência de que tão una, totalizante, múltipla, complexa, diferenciada, previsível, incerta e conectiva quanto é qualquer plano do que chamamos (própria ou impropriamente) de “realidade”, são as diferentes alternativas de perceber-la, de investiga-la, de

criar teorias de interpretação sobre ela e de buscar compreensões integrativas entre seus vários eixos de conexão.

Qualquer teoria científica é uma interpretação entre outras e vale pelo seu teor de diálogo, não pelo seu acúmulo de certezas. Todo o modelo de ciência fechado em si mesmo é uma experiência de pensamento fundamentalista, como o de qualquer religião ou qualquer outro sistema de sentido fanático.

terceira

Podemos acreditar que o fosso de desigualdades e de uso de maus espelhos entre as ciências “naturais” e as “sociais” deve tender a ser um intervalo aberto e fracamente dialógico entre umas e outras. A prática do ambientalismo e as convergências de conhecimentos nas “novas ecologias” (da mais “científica” à “profunda”, à “da mente”) bem podem ser um caminho a seguir aqui. Podemos acreditar que, ao contrário do que vimos acontecer ao longo dos últimos séculos, o modelo das ciências sociais não é a boa prática das naturais. As ciências da natureza aprendem a relativizar (matemática inclusive), a pluralizar compreensões, a subjetivar métodos e a descobrir e compreender através do diálogo entre leituras e, não, através de monólogos de certezas. Tomam, portanto, um como modelo de teoria e prática, a atualidade dos dilemas das ciências humanas. Isto não significa uma inversão de domínio, pois o sentido de domínio deve deixar de existir aqui. Significa que de um lado e do outro – até não existirem mais lados, como margens que separam – o avanço da compreensão está relacionado a um progressivo e irreversível abandono das variantes do positivismo científico e lógico, da redução da compreensão à experimentação e da experimentação à manipulação de sujeitos sobre objetos. E este caminhar direcionado à construção lenta, diferenciada e progressiva de uma transdisciplinaridade, em nada significa o sonho (um pesadelo, na verdade) de uma ciência única, pan-unificadora. Não converge sequer para a criação de uma pan-teoria geral do saber, mas, ao contrário, abre-se ao que de maneira afortunada Boaventura de Souza Santos chamou de “um conjunto de galerias temáticas onde convergem linhas d’água que até agora concebemos como objetos estanques” . Esta convergência, lembremos uma vez mais, retoma o valor e o sentido tanto das diferentes outras alternativas culturais de construção de saber e de criação de sentido e valor, incluídas aí as diferentes tradições populares e de povos testemunho.

quarta

Podemos acreditar que a finalidade do conhecimento é também a de produzir respostas às necessidades humanas. Podemos mesmo lembrar a idéia de Bertold Brecht, partilhada por tantas outras pessoas: a finalidade da ciência é aliviar a miséria da condição humana. Mas isto não significa que a ciência deva ser originalmente utilitária. Se existe uma utilidade fundamental da ciência ela está na criação e ampliação da compreensão humana a respeito dos e das integrações entre os mistérios da própria pessoa, do mundo em que ela vive,

da vida em que ela e outros seres da vida se realizam e de totalizações diferenciadas em que tudo isto existe e a que converge, sem perder dimensões de sua identidade.

Mas esta abertura do valor-ciência à compreensão totalizadora, à decifração maravilhada de mistério, à descoberta incessante de novos e mais desafiadores mistérios a serem decifrados, ao aporte infinito de saberes-valores a todas as aventuras do diálogo entre pessoas e entre grupos de pessoas, povos e culturas, não deve ocultar o fato de que hoje, mais do que nunca, a sobrevivência e a felicidade cotidiana de pessoas, de grupos humanos, de povos e de nações, de toda a humanidade, no limite, têm exigências urgentes formuladas aos saberes da ciência.

Em um momento da história da trajetória humana em que a metade dos insumos empregados na indústria da morte e da guerra poderia salvar a vida de milhões de pessoas, poderia trazer um fundamento material do direito à felicidade para milhões de pessoas e poderia ser destinado a frear de fato o processo de destruição ambiental do planeta Terra e a regenerar áreas imensas já degradadas em todos os continentes, é tempo de voltarmos às perguntas e Rousseau lembrada por Boaventura de Souza Santos no começo do livro que nos tem acompanhado aqui:

*Há alguma relação entre a ciência e a virtude? Há alguma razão de peso para substituímos o conhecimento vulgar que temos da natureza e da vida e que partilhamos com os homens e mulheres de nossa sociedade pelo conhecimento científico produzido por poucos e inacessível à maioria? Contribuirá a ciência para diminuir o fosso crescente na nossa sociedade entre o que se é e o que se aparenta ser, pó saber dizer e o saber fazer, entre a teoria e a prática?*⁸

Quinta

Podemos aceitar que todo pensamento que imagina saber algo e que enuncia e diz o que alguém pensa, de algum modo, a outras pessoas, a outros pensadores-interlocutores, fala sempre *desde* e *para* um lugar social

Podemos defender a idéia de que assim como todas as outras práticas sociais, a ciência e a educação que sonhamos praticar e através das quais descobrir e ampliar *ad infinitum* sujeitos e campos sociais de diálogo criador e emancipatório, pretendem estar falando desde o lugar social da comunidade humana concreta e cotidiana. E pretendem se dirigir a comunidades humanas de criadores da vida de todos os dias e da história que esta vida múltipla entretece e escreve.

⁸ Op. Cit. Página 7. Lembro que Boaventura recorda que Rousseau responde com um “não” às perguntas que ele mesmo formula.

A escolha dominante e crescentemente dominadora do saber que se cria segundo os interesses do lugar social mercado de bens, e que fala em seu nome e que se dirige não apenas a ele, mas a subordinar todos os outros campos de realização da vida e da criação da história a ele, deverá ser constituído como um plano oposto de nosso diálogo. Um plano não situado fora de nosso desejo de diálogo a partir do “lado da vida”, de que fala Walter Benjamim, pois também ele está constituído por pessoas humanas. Mas um lugar de interesses utilitários sobre o pensamento, sobre a ciência e sobre a educação cuja vocação clara ou implícita e a de reduzir pessoas a mercadorias e criações livres de pensamentos à reprodução robotizada de ordens de serviço, como se toda criação da mente e do coração humano fossem destinados apenas a isto.

Lembremos que em Paulo Freire sempre foi cara a idéia de *práxis*. Se a recordo bem, tal como escrita tantas vezes por ele, *práxis*: um pensar dialógico e crítico a respeito de uma realidade que uma ação reflexiva - ela própria o pensamento tornado atividade coletiva e subversivamente conseqüente - trata de transformar como e através de um processo inacabado e sempre actancial e reflexivamente aperfeiçoável ao longo da história humana. E a própria história deve tender a ser *práxis* cria e transforma. Também em Boaventura de Souza Santos o momento da superação da dicotomia, da hierarquia forçada entre conhecimento científico (o dos outros sobre nós) e o conhecimento vulgar (o nosso sobre os outros) deverá desaguar na na experiência em que “a prática será o fazer e o dizer da filosofia da prática”⁹.

Para além da realização dos planos intelectuais de um sujeito de conhecimento – um filósofo, um cientista, um investigador – e para além da utilização e dos benefícios estendíveis a quem foi antes um objeto de conhecimento através de uma pesquisa, todo o trabalho conseqüente de investigação deve objetivar ser um passo a mais no caminho da realização humana. Deve ser alguma forma de compreensão mais alargada, mais profunda a respeito de algo não conhecido, imperfeitamente conhecido ou passível de, através de uma outra fração de conhecimento confiável e dialogável, ser incorporado a um “todo de compreensão” mais fecundo. Mais fecundo como conhecimento integrado “a respeito de” e também como possibilidade de realização do conhecimento como um projeto de transformação de algo em alguma coisa melhor. Todo o bom saber transforma o que há no que pode haver. Todo o conhecimento de qualquer ciência vocacionada ao alargamento do diálogo e à criação de estruturas sociais e de processos interativos - econômicos, políticos, científicos, tecnológicos ou o que seja - sempre mais humanizadores, integra antes, de algum modo, sujeitos e objetos em um projeto de mudança em direção ao bem, ao belo e ao verdadeiro.

⁹ Boaventura de Souza Santos, op. cit. Página 10.